

#### 4. CORRENTES FEMINISTAS

##### Correntes do Feminismo e suas reconfigurações nos tempos atuais

Manuela Tavares: Investigadora em Estudos sobre as Mulheres e Feministas no CIEG/ISCSP e colaboradora do CEMRI/UAB. manuelaftavares@sapo.pt

Maria José Magalhães: Docente na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e investigadora no CIIE/FPCEUP e CIEG/ISCSP. mjm@fpce.up.pt

##### Resumo:

Da sessão da Universidade Feminista: "Correntes do Feminismos e reconfigurações atuais", surge este texto com base nas ideias de que os feminismos não falam a uma só voz e que têm enorme capacidade para se interrogar, inquietar, mesmo sobre o que se considera adquirido. Procura-se refletir sobre as correntes dos feminismos, nas décadas de 1970/80, em Portugal, marcadas por contextos históricos, sociais e políticos, para enunciar um feminismo de agência para os tempos atuais, numa reflexão ampla e problematizante das críticas a essas correntes. Abordamos os feminismos pela igualdade, radical, liberal, marxista/socialista, os feminismos negros, pós-coloniais e do sul, assim como o feminismo lésbico e o ecofeminismo, nas suas diversas nuances.

**Palavras-chave:** correntes dos feminismos, reflexão crítica feminista, universidade feminista, feminismo de agência

##### Introdução

O presente texto emerge da sessão da Universidade Feminista sobre "Correntes do Feminismo e suas reconfigurações atuais". Dos dois artigos inicialmente pensados, decidimos juntá-los, procurando harmonizar ideias e fazer alguma reflexão. Este trabalho constitui uma revisitação de análises e escritos anteriores, numa interpretação elaborada a partir não só do conhecimento, mas também de experiências vividas no ativismo. Como nos lembram Adrienne Rich (1984) e Donna Haraway (1988), todo o conhecimento é *situado*, isto é, construído a partir de um olhar posicionado num tempo, espaço e lugar social, localizado num corpo, a partir do qual a perspetiva se projeta. Resgatando a reflexão frankfurtiana sobre a construção do conhecimento científico, partilhamos a perspetiva de *stand point* feminista (Harding, 1986) em que a não neutralidade assumida não obscurece o rigor dos factos nem a análise dos documentos, que trazemos para esta reflexão. Assumimos a transgressão da divisória entre ciência e política, ao colocar no centro da reflexão epistemológica os problemas sociais e políticos das vidas das mulheres, experiência esta não uniformizada, pois as mulheres são diferentes segundo a classe social, a etnia, a cultura, a orientação sexual, a religião.

Na dialética entre a memória e o esquecimento, reservamos um interesse na historiografia dos feminismos, um enunciado sobre o passado de ativistas, teóricas e interventoras, protagonistas mais ou menos visíveis de um movimento que muitas/os classificam paradoxalmente como, em simultâneo, novo e velho.

Ousamos, assim, caracterizar as diferentes correntes do feminismo, porque nos movem dois objetivos: o primeiro, mostrar a vitalidade teórica, política, social e cultural do movimento feminista; e o segundo, elucidar sobre a necessária heterogeneidade dos feminismos como expressão da diversidade no interior do grupo social *mulheres*, para se constituírem como agente de transformação social.

Esta caracterização assenta, em parte, na abstração de modos de pensamento e ação política, cuja existência real era e é muito mais entrelaçada, mesclada e inter-relacionada. Apesar de ser muitas vezes referida como 'tipologia', à maneira da ciência natural dos séculos anteriores, esta análise segue o conceito weberiano de *tipo-ideal* (ver Geth & Wright Mills 2009), isto é, uma noção que agrega um conjunto de características, cuja 'reunião' existe na análise teórica e não se constituem como excludentes em relação a outras categorias. Neste sentido, a noção de "corrente" é aqui colocada como fluxo com idênticos trilhos, por vezes materializada em alguns coletivos e momentos, mas que dificilmente se encontra separada de outras correntes de forma estanque. Cada corrente será descrita por características que foram abstraídas a partir da recolha de documentos, testemunhos, e no entrelaçar com outras análises; no entanto, na prática e em cada época, dificilmente se poderia encontrar em exclusivo num mesmo coletivo, sendo que características de diferentes correntes perpassavam (e perpassam) no seu interior.

É ainda necessário dizer que esta nomeação das correntes se realiza a *posteriori* e acerca de grupos que, em alguns momentos, protagonizaram ações feministas mas em que o termo 'feminismo' era muito pouco utilizado pelas suas conotações negativas. O contexto desfavorável de assumir os feminismos também aconteceu no Estado Espanhol, nos anos de 1960, em que, segundo Maria-Milagros Rivera, o termo tinha um sentido pejorativo "para a maioria da população e para a vanguarda das mulheres envolvidas nas lutas" (1994: 61). Contudo, na década seguinte, o movimento declara-se explicitamente como feminista o que não veio a acontecer em Portugal. Segundo a autora citada, "há que reconhecer que tal opção, num primeiro momento, se saldou por uma eficácia legitimadora ao ajudar o movimento a dotar-se da identidade que todo o coletivo inferiorizado necessita para se converter em agente de transformação" (idem).

Este texto tem duas linhas orientadoras de pensamento. Uma primeira, assenta nas palavras da historiadora Michelle Perrot (2004), ao afirmar que os feminismos não falam a uma só voz. A segunda linha de orientação surge-nos de Françoise Collin (2005) ao referir que a capacidade de interrogação, mesmo sobre aquilo que se considera adquirido é uma das características da teoria feminista. É esta enorme capacidade de inquietação e de interrogação dos feminismos que nos leva a refletir sobre as diversas correntes que alimentaram

os feminismos nas últimas quatro décadas e equacionar a reconfiguração atual destas correntes.

Não queremos deixar de propor uma outra classificação dos grandes momentos da história dos feminismos, baseando-nos em Karen Offen que, em 2008, questionava a terminologia “ondas dos feminismos” e defendia que “os feminismos têm fases de “latência” e de “erupção” (metáfora vulcânica). Não colocando em causa uma evolução temporal na história dos feminismos, estas “erupções” acontecem de forma diferente nos diversos países e as características atribuídas a cada uma delas misturam-se em várias situações. Em certos períodos históricos e políticos, parece que os feminismos não existem, submergem, estão em fase de latência, mas simultaneamente de acumulação de forças e de pensamento, para depois ressurgirem em fases de erupção social. Nesta base, vamos utilizar a expressão “momentos históricos de ressurgimento” ou “momentos de erupção” dos feminismos.

Este trabalho divide-se em três partes fundamentais: uma breve referência aos contextos internacional e nacional do segundo momento histórico de erupção dos feminismos; a caracterização das principais correntes que atravessaram o movimento nas últimas quatro décadas; uma reflexão sobre a reconfiguração das correntes do feminismo nos tempos atuais, que inclui alguma análise crítica sobre as correntes anteriores para configurar um feminismo de agência ou de intervenção social.

Para a classificação das correntes do feminismo nas últimas décadas foi necessário ter em conta diversas abordagens teóricas. Olive Banks (1986) considera a existência de três correntes: radical; socialista-marxista e pela igualdade de direitos, categorização utilizada por Maria José Magalhães em 1998. Gisela Kaplan (1992) e Helen Haste (1993) consideram as correntes: radical; socialista-marxista; liberal e cultural, que Conceição Nogueira aplicou na sua análise em 2001; Yasmine Ergas (1991), Barbara Ryan (1992) e Johanna Brenner (1996) adoptam nas suas produções teóricas as correntes: radical; socialista-marxista e liberal que foram aplicadas à realidade portuguesa por Manuela Tavares em 2000 e 2011.

Existem três questões fundamentais que subjazem na análise que elaboramos sobre as correntes: como é pensada o grupo social “mulheres” e a sua relação com os outros grupos sociais; as formas de ação política e perspetivação da mudança; e, finalmente, a relação com o Estado.

## 1. Contextos internacional e nacional

A erupção dos feminismos, nas décadas de 1960 e 1970, nos EUA e em alguns países europeus como França e Inglaterra, surge das mudanças sociais e políticas dessa época: maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, após a retirada quase forçada para casa a seguir à segunda guerra mundial; grandes movimentações de contestação da guerra do Vietnã; o maio de 68 em França; as lutas do movimento negro e de muitas mulheres negras nos Estados Unidos; as lutas contra o colonialismo que juntava muitos jovens, rapazes e raparigas, uma nova geração que procurava novas formas de cultura e de intervenção política e social.

Os movimentos de libertação das mulheres (*Women's Lib*) surgem também da conjugação de duas correntes políticas: um feminismo político já organizado e um feminismo novo, radical, que conta com a participação de jovens militantes de grupos de extrema esquerda. Nos EUA, as feministas mais empenhadas nos movimentos sociais e políticos contestam o feminismo reformista da NOW (*National Organization of Women*) (1). Seduzidas pelo marxismo e pelos grupos da Nova Esquerda (*New Left*) estas jovens fundam, em 1967, o Movimento de Libertação das Mulheres. Estes grupos radicais e a NOW constituem pólos de mobilização das mulheres que, em 1970, decretam uma greve nacional pela igualdade com uma marcha de 50 mil pessoas nas ruas de Nova Iorque. Em França, o caminho é análogo. O aparecimento de vários grupos da Nova Esquerda abertos aos direitos das mulheres contribui para a formação do movimento democrático feminino, nascido em 1962. O MDF reivindica o feminismo, palavra caída em desuso após a guerra e associado à imagem das sufragistas. Em 1968, o MDF fez bancas na Sorbonne ocupada pelos/as estudantes. As militantes de Maio de 68 juntam-se depois de Antoinette Fouque e outras militantes do MDF recusarem o termo feminismo. Formam, então, o MLF (Movimento de Libertação das Mulheres). Em Inglaterra, o movimento de libertação das mulheres tinha estreitas ligações com os sindicatos e a esquerda política, que entrou em contradição várias vezes com o feminismo radical de Shulamith Firestone. A sua ligação com a esquerda institucional permitiu obter o Equal Pay Act de 1970, mas limitou uma atuação mais forte contra o poder patriarcal.

Os ventos destas mudanças não chegaram a Portugal com a força suficiente para despertar movimentos feministas num quadro em que a luta contra a ditadura e contra a guerra colonial eram o eixo fundamental das lutas estudantis e da oposição ao regime. Em Portugal, os 48 anos de ditadura e de isolamento do país do exterior representaram uma longa travessia no deserto para os feminismos, pelo corte de memória histórica em relação aos feminismos dos inícios do século XX. Às mulheres que no 25 de Abril encheram as ruas, falaram nas assembleias, votaram pela primeira vez, constituíram associações, não chegaram os ecos das lutas de outras mulheres pelo direito ao voto, à educação, ao divórcio, ao emprego, por leis que as consignassem como cidadãs. Houve um corte de memória histórica com os feminismos da I República. Por sua vez, “os movimentos sociais não foram portadores das reivindicações específicas das mulheres” (Tavares, 2000: 122). A subvalorização dos feminismos surge na conceção de uma esquerda, que não se tendo libertado de posições dogmáticas, não entendeu que as contradições de género existiam para além das contradições de classe e que o feminismo como movimento plural não podia ser visto como algo lateral.

A publicação das *Novas Cartas Portuguesas* por Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, ainda em 1972, constituiu um marco no despertar de algum pensamento feminista, em especial através do movimento de solidariedade tecido por feministas de outros países, que entendiam ser este livro, apreendido pela polícia política portuguesa, um autêntico manifesto feminista. Após a absolvição das três escritoras a 7 de maio de 1974, foi formado em Portugal o primeiro grupo feminista radical: o Movimento de Libertação das Mulheres.

## 2. Correntes do feminismo nas últimas quatro décadas

Apesar de nem todas as correntes terem tido expressão em Portugal, elas são aqui enunciadas e caracterizadas. Existem outras áreas não tratadas por necessidade de aprofundamento como seja a do feminismo católico. O mesmo acontece com o feminismo cultural em que várias autoras tecem visões diferentes, ora incluindo-o no feminismo radical, ora incluindo-o no ecofeminismo de cariz essencialista. Trata-se de uma corrente que pelas matizes que assume precisa de ser aprofundada. Os feminismos negros, pós-coloniais e do Sul são abordados brevemente neste texto, dado que outras autoras mais especializadas nesta temática contribuem com artigos para esta publicação da Universidade Feminista. As implicações pós modernas no feminismo serão abordadas na parte relativa à reconfiguração das correntes.

### Feminismo pela Igualdade

Nos finais da década de 1950 e durante a década de sessenta do século XX, em alguns países (EUA, Inglaterra e França), surgem alguns grupos de mulheres que continuaram a tradição da luta pela igualdade de direitos, na continuidade das feministas dos finais do séc. XIX e início do século XX. O foco central da ação política era a alteração legislativa. Eivada da ideia de que a consagração dos direitos nas leis poderia trazer a mudança na situação das mulheres, esta corrente foi determinante para a decisão das Nações Unidas de proclamar, em 1975, o Ano Internacional da Mulher e a Década da Mulher em 1975/1985, assim como a realização das conferências mundiais sobre Direitos das Mulheres: México (1975), Copenhaga (1980), Nairobi (1985) e Pequim (1995). Os direitos das mulheres foram proclamados pela primeira vez como direitos humanos na Conferência de Viena (1993). A esta corrente se devem os diversos instrumentos internacionais como a Plataforma de Ação de Pequim, a CEDAW (Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres), entre outros. Em Portugal, estas feministas tiveram um papel importante sobretudo na CCF – Comissão da Condição Feminina e nos grandes momentos de alterações legislativas em Portugal como a Constituição de 1976 e o novo Código Civil de 1978.

### Feminismo radical

O feminismo radical tem como principal base teórica a ideia do patriarcado como um sistema de opressão das mulheres pela dominação masculina, que não está confinada à esfera pública, mas estende-se à esfera privada e, ainda, o conceito de que o poder se alarga às áreas “pessoais” da família e das sexualidades. A agenda feminista baseia-se na experiência das mulheres sem compromisso com as agendas políticas mais globais; as mulheres constituem-se como um grupo de interesses opostos aos dos homens, como grupos autónomos de mulheres nas lutas contra o patriarcado.

Uma das teóricas desta corrente, Shulamith Firestone expressou, em 1974, na sua obra *A Dialéctica do Sexo* a ideia de que a reprodução seria o

principal fator de desigualdade e de opressão das mulheres. Deste modo, as mulheres constituiriam uma classe explorada pelos homens. A crítica ao marxismo pela redução da opressão dos sexos à luta de classes era outra ideia forte desta corrente, assim como a existência do patriarcado como um sistema de dominação masculina anterior ao capitalismo, com continuidade neste e no próprio socialismo.

O lema “o pessoal é político” encontra nesta corrente a sua principal base inspiradora. As principais linhas de pensamento e ação consistem em: ruptura com a conceção de família, considerada uma das principais instituições de opressão das mulheres; autonomia das mulheres e controlo sobre o seu corpo; separação da sexualidade da procriação, lutando por sexualidades livremente assumidas, colocando em causa a heterossexualidade normativa; luta pela contraceção e legalização do aborto; criação autónoma de casas de abrigo, de linhas de atendimento a mulheres vítimas de violência e de centros de apoio em crise para casos de violação; combate às formas de objetificação sexual das mulheres, através da publicidade, dos media e da pornografia.

As formas de organização baseavam-se em grupos de tomada de consciência (2), partilha de experiências, não hierarquização, preferência pela ação direta em vez de *lobbies* políticos. Na ação política existia uma componente cultural muito forte que se evidencia, ainda hoje, por formas artísticas (*performances* e instalações), desconstruindo o estereótipo da “feminilidade enfatizada” (3), substituindo-o pela diversidade de modos de ser mulher, incluindo o direito a ser lésbica. Na procura destas novas formas não reprodutoras dos modelos masculinos hegemónicos, afirmaram “um feminismo da diferença”, colocando em causa que a igualdade por si só fosse suficiente para combater a opressão das mulheres.

Tal como nas artes visuais, também nas ciências, nomeadamente na ginecologia e na obstetrícia, o feminismo radical provocou a mudança de paradigma. Uma obra emblemática foi elaborada pelo grupo de mulheres de Boston: o livro *Our Bodies, Our Selves*. Simultaneamente, nas sexualidades e no confronto com perspetivas mais masculinistas da psicanálise, decorrem destas reflexões mais radicais as teses sobre o prazer sexual das mulheres com valorização do orgasmo clitoriano e o desenvolvimento de práticas de auto-exame. Também ao nível das ciências sociais e da filosofia, feministas radicais desconstruem o mito da “natureza feminina”, nomeadamente Adrienne Rich em *Of Woman Born* (1976) e Elisabeth Badinter em *L'Amour en plus: histoire de l'amour maternel- XVII-XXe siècle* (1980). Contestaram o dito “instinto materno” na crítica cultural às formas como a mulher era concetualizada (pela medicina, filosofia, história, psicologia, psicanálise) – um ser ligado à natureza e não racional. Desenvolveram a impossibilidade de uma relação satisfatória com a maternidade fora da opressão patriarcal de um maternalismo domesticado. Outro desafio à cultura dominante foi o seu confronto com as dicotomias razão *versus* emoção, masculino *vs* feminino, público *vs* privado, objetividade *vs* subjetividade, mente *vs* corpo, imparcial *vs* parcial, universal *vs* particular, confronto este que vai ser mais tarde retomado pelas perspetivas da pós-modernidade.

É nesta corrente que surge uma perspectiva conhecida como lesbianismo político que enfatizava a importância política e estratégica das mulheres se definirem como lésbicas, mesmo não o sendo em termos de orientação sexual. São também estes grupos que vão reafirmar a ideia de sororidade que podemos evidenciar com a obra de Robin Morgan *Sisterhood is Powerful* (1970) e ainda a importância da união entre as mulheres, para além dos vínculos de classe social, sindicato, partido ou laços maritais e filiais.

Tomando como base a análise de conteúdo de documentos e entrevistas a feministas da época, as associações ligadas a esta corrente feminista radical, em Portugal, foram o MLM (Movimento de Libertação das Mulheres), o IDM/Cooperativa Editorial de Mulheres; o Grupo Autónomo de Mulheres do Porto, o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra e o Grupo de Mulheres do Porto. Como atividades principais, mencionam-se a luta pela legalização do aborto, encontros feministas, debates e ações em torno das sexualidades e da violência contra as mulheres, publicação das revistas *Lua* e *Artemisia*, dos boletins *Situação da Mulher* do GAMP (Grupo Autónomo de Mulheres do Porto) e *Da Mulher* publicado pelo Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra (ver Tavares, 2011).

Uma das ações mais emblemáticas desta corrente do feminismo em Portugal foi a realização da manifestação do MLM no Parque Eduardo VII, a 13 de Janeiro de 1975, no início do Ano Internacional das Mulheres. Esta realização consistia no atear de uma fogueira, onde seriam queimados símbolos da opressão feminina, nomeadamente revistas pornográficas, o código civil português, livros de autores machistas, brinquedos sexistas, objectos de lida doméstica, tudo o que representasse o papel da mulher na sociedade como "fada do lar". A especulação e deturpação desenvolvida por alguns órgãos de comunicação social, que noticiaram a "queima de soutiens e um *strip-tease*", levaram à ocorrência de incidentes com uma multidão de homens que assumiram atitudes provocatórias. No Portugal democrático de após 25 de Abril, as concepções conservadoras e anti-feministas fizeram-se sentir na reacção a esta iniciativa. A propósito, a jornalista Lourdes Féria escreve no *Diário de Lisboa*: "O espectáculo que os homens deste País sem distinção de cultura, classe ou ideologia, deram ontem à tarde no Parque Eduardo VII, veio mais uma vez confirmar que os movimentos feministas têm razão de existência" (4).

### Feminismo socialista/marxista

Segundo a corrente marxista/socialista, a opressão secular das mulheres tem origem na perda de papel social, a partir do momento em que a transmissão da propriedade privada por parte dos homens determinou o casamento monogâmico. Esta teria sido, segundo Engels (1884 [1980]), a primeira derrota do sexo feminino. Deste modo, a explicação das origens e das formas de opressão das mulheres não podem ser encaradas fora das leis de desenvolvimento social. A alteração da base material e da super-estrutura da sociedade, com um novo regime político torna-se condição necessária para que a emancipação política, social e económica das mulheres seja possível. Coloca, ainda, a luta pelo direito ao trabalho como um factor emancipador das

mulheres, denunciando o seu carácter discriminatório e opressor no capitalismo.

A historiadora Linda Gordon (2013) faz a distinção entre feministas marxistas ortodoxas e feministas socialistas. Estas rejeitavam a concepção frentista (5) dada pelos partidos comunistas às organizações de mulheres, pretendiam formas de democracia participativa e consideravam que o sexismo não era apenas um epifenómeno do capitalismo, mas uma estrutura social opressiva. Linda Gordon afirma também que o papel das feministas socialistas no Movimento de Libertação de Mulheres nos EUA acabou por ser subvalorizado por perda de memória histórica. Focavam-se mais nas lutas concretas do que na publicação das suas análises.

O debate existente na época entre as feministas terá levado algumas feministas marxistas e socialistas a teorizarem em torno de algumas lacunas do marxismo e da sua interpretação por parte de um marxismo ortodoxo: o papel das mulheres nas relações de produção; o significado político e social das relações de "reprodução", a articulação entre patriarcado e capitalismo, a equação trabalho fora de casa/emancipação, secundarização da emancipação das mulheres em prol de uma contradição principal a ser resolvida entre capital e trabalho por via da revolução proletária.

O contributo de algumas historiadoras feministas marxistas, como Sheila Rowbotham com a obra *Women, Resistance and Revolution* (1972), mostraram que as mulheres dos grupos sociais desprivilegiados sempre estiveram ligadas ao trabalho produtivo em todas as épocas, trabalho este invisibilizado em muitos momentos históricos. A autora também defendia que era necessário ter em conta tanto as relações sociais de produção como as de reprodução. As feministas socialistas vão a Marx buscar os dois conceitos nos quais ele desdobra a reprodução social: a reprodução geracional e a reposição diária da força de trabalho. Partindo destes conceitos, que o próprio Marx liga às mulheres, mas sem aprofundar a temática, as feministas entram num debate teórico sobre o valor do trabalho doméstico, tendo algumas defendido que este produzia mais-valia (6). Uma das obras a revisitar sobre esta questão poderá ser a de Jean Gardiner, 1976, *The Political Economy of Domestic Labour in Capitalist Society*. Uma outra questão teorizada por alguma das representantes desta corrente foi a relação entre patriarcado e capitalismo. Zillah Eisenstein (1979) considerava que uma compreensão separada do capitalismo e do patriarcado não podia abarcar o problema da opressão das mulheres (ver *Patriarcado Capitalista e Feminismo Socialista*). Juliet Mitchell escreveu, em 1973, *Woman's Estate*, reconhecendo o patriarcado como um sistema de dominação masculino relacionado com o sistema económico e as relações de produção. Mais tarde, Sylvia Walby (1986) teoriza sobre o trabalho das mulheres fora de casa na articulação entre patriarcado e capitalismo, trazendo o conceito de sistema dual em que estes dois sistemas se alimentam mutuamente (7).

Contrariamente às radicais, as marxistas/socialistas defendem que é a exploração das mulheres no mercado de trabalho que as torna mais vulneráveis à opressão e violência na família.

Uma outra questão debatida pelas marxistas socialistas tem a ver com o lugar das lutas das mulheres no movimento sindical e de trabalhadores. Algumas autoras fazem notar que estes movimentos estavam imbuídos da ideologia patriarcal do “ganha-pão masculino”, tendo até, em alguns momentos históricos, defendido um “salário familiar” para os homens para que as “suas” mulheres pudessem ficar em casa a cuidar dos filhos e das tarefas domésticas. Um outro contributo é o de Heidi Hartmann (1994) acerca da divisão sexual de trabalho, considerando-a essencial para a reprodução do capitalismo e para manter a subordinação das mulheres. Contudo, outros fatores de dominação são considerados. As discriminações sobre as mulheres surgem não apenas na sua relação com o sistema económico, mas com o sistema de dominação masculina hegemónica. Não se trata de dar primazia ao género ou à classe social, mas entrelaçar estes eixos de dominação entre si e com outros.

O pensamento esquemático do marxismo ortodoxo foi colocado em causa pelas feministas socialistas marxistas que procuraram romper com um quadro estático da teoria marxista e enriquecer a análise sobre a opressão das mulheres. A ligação que se estabeleceu entre emancipação das mulheres e propriedade privada, procurando traduzir a necessidade da alteração da base material da sociedade, para que se criassem condições para a emancipação das mulheres, foi aceite e defendida pelas feministas marxistas, mas estas não colocavam as lutas emancipatórias das mulheres para depois da “revolução”. Também a simples “equação” mulher na produção = independência = emancipação foi aprofundada por estas feministas na medida em que denunciavam as duplas e triplas tarefas das mulheres no sistema patriarcal-capitalista que as impediam de uma maior autonomia pessoal, social e política.

Em Portugal, podemos afirmar, através da análise de conteúdo dos documentos produzidos na época, que existiram associações cujas marcas de origem se situam nesta corrente do feminismo marxista socialista: o MDM – Movimento Democrático de Mulheres, formado em 1968, e a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, (na altura designada por União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias), fundada em 1976, embora estas associações não se tenham assumido como feministas, nas décadas de 1970/1980.

### Feminismo Liberal e Institucional

Esta corrente dos feminismos baseia-se nos seguintes pressupostos: a igualdade formal atribui as condições para as mulheres alcançarem os seus direitos; a materialização dos direitos tem a ver com a evolução das mentalidades e muito pouco com a intervenção do Estado; cada mulher, por si só, pode alcançar ascendência económica, social e política, desde que seja assertiva, empreendedora e competente; o acesso das mulheres ao poder político constitui um fator transformador da sociedade; a institucionalização é uma via para a afirmação dos feminismos.

O cruzamento do feminismo institucional com o feminismo liberal surge na medida em que o primeiro procura, através de medidas legislativas e governamentais, instituir direitos e o feminismo liberal assenta na ideia de que, estando consignados nas leis os direitos, as mulheres podem, por elas

próprias, através da sua autodeterminação, alcançar poder e sucesso. A feminista norte-americana Naomi Wolf defendia, em 1993, no seu livro “Fire with Fire”, o “poder feminista”. Este consistia na recusa da vitimização da mulher e na realização dos seus objetivos de vida com sucesso, na base de um caminho individual de autonomia e “self-determination”. O contributo das feministas liberais para os debates feministas foi, entre outros aspetos, a ênfase na autonomia individual, dimensão desvalorizada nos movimentos sociais dominantes. Apesar do liberalismo assentar na livre iniciativa com pouca intervenção estatal, paradoxalmente, as feministas liberais apostando na alteração de mentalidades acabam por pressionar o Estado na aplicação da própria retórica liberal relativa à cidadania.

Na origem do feminismo liberal, emerge a concepção das pessoas como seres livres e iguais. Não se pode deixar de afirmar que a reivindicação da igualdade de direitos tem sido uma parte importante do feminismo, mas como afirma Carole Pateman (1996), nem todas as feministas são liberais e o feminismo é muito mais que o feminismo liberal: “[a]s feministas sustentam que o liberalismo está estruturado tanto por relações patriarcais como por relações de classe, e que a dicotomia entre «público» e «privado» oculta a sujeição das mulheres aos homens, dentro da ordem aparentemente universal, igualitária e individualista” (idem: 32-33). Segundo Chantal Mouffe (1992: 373), “as feministas liberais têm vindo a lutar por um largo conjunto de novos direitos para as tornar iguais cidadãs, mas sem transformar o modelo liberal da política e da cidadania”. A socióloga Nancy Fraser (1999) considera que uma das falhas da retórica liberal é proclamar uma igualdade sem procurar igualizar as condições sociais através de um paradigma redistributivo.

Em Portugal, foi possível identificar algumas características desta corrente em diversas associações formadas nas décadas de 1980 e 1990: Associação das Mulheres dos Diplomatas Portugueses (1982); Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias (1985); Soroptimistas Internacional – Clube de Lisboa (1986); Clube Começar de Novo (1986); Intervenção Feminina – IF (1986); Associação Portuguesa das Mulheres Agrícolas – AMAP (1987); Federação de Mulheres Empresárias e Profissionais de Portugal (1989).

### Feminismos negros, pós coloniais e do Sul

Nesta obra da Universidade Feminista existem textos de teóricas feministas especialistas desta corrente plural. No entanto, uma reflexão conducente à reconfiguração das correntes atuais não poderia deixar em branco esta importante linha de pensamento e ação feministas.

Embora sem expressão em Portugal, nos anos 1970 e 80, a crítica das feministas negras e pós-coloniais é crucial para refletirmos sobre a reconfiguração atual das correntes.

O legado do colonialismo e a continuação do poder da diferença colonial cruzam a diferença sexual de tal forma que levaram as mulheres feministas negras a desocultar o pressuposto de *brancura* (*whiteness*) no feminismo dominante ocidental, realçando as suas experiências de identidades racializadas e genderizadas, na sequência da institucionalização do racismo e

do sexismo. Uma das teóricas desta corrente é bell hooks que escolheu o seu pseudónimo literário em honra da sua avó e prefere que a sua grafia seja em minúsculas. Na sua obra emblemática, em 1981, *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*, faz referência ao papel de Sojourner Truth, uma feminista negra anti-esclavagista que lutou ao lado das sufragistas e confrontou o estereótipo da feminilidade enfatizada (ideal burguês para a mulher), num discurso que ficou famoso, efetuado em 1843, na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Akron, no Ohio. Escreveu, ainda, *Feminism Is For Everybody* (2000), uma obra fundamental pela simplicidade sem simplismos com que ela enuncia os feminismos enraizando-os na experiência e nos saberes populares.

Foram também as feministas negras que trouxeram o conceito de interseccionalidade, inicialmente pela mão de Kimberlé Crenshaw (1991; 1989) e, mais tarde, articulando este conceito com o de matriz de dominação, por Patricia Hill Collins (1999). Collins rejeita uma construção mecanicista de hierarquias de opressão, perspetivando a interseccionalidade como o entrosamento entre vários eixos de poder social, político e económico (ver também Anthias & Yuval-Davis 1983 e 1992; Yuval-Davis 2006).

São estas feministas que vão levantar a questão da representatividade, isto é, quem fala (ou pode falar) em representação de quem; Gayatri Spivak, no seu artigo de 1988, questiona se os grupos subalternos podem ter voz ou, melhor dizendo, se o centro hegemónico tem capacidade para *ouvir* as vozes subalternizadas, ao mesmo tempo que confronta as perspetivas salvíticas e missionárias (não apenas feministas - aliás, o artigo é uma análise crítica ao texto de uma entrevista a Foucault e Deleuze) que se substituem aos grupos sociais em nome dos quais falam e pretendem "oferecer" a emancipação.

Em 1984, Hazel Carby publicou um artigo intitulado: "White women listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood", onde afirma: "As mulheres negras não querem ser injectadas no feminismo como um rasgo de colorido, uma variação dos problemas «reais». O feminismo tem de se transformar se quer dirigir-se a nós. Tão pouco desejamos que a nossa opinião se dissolva em generalidades como se cada uma das nossas vozes representasse a experiência total de todas as mulheres negras" (8). Algumas ativistas pelos direitos dos negros e das mulheres como Ângela Davis, afirmava em 1978: "A mulher branca não se dá conta da necessidade de também lutar contra o racismo. Racismo e sexismo são dois lados de um mesmo instrumento de exploração" (9).

Embora com expressão própria, será relevante mencionar as perspetivas latino-americanas, que ressaltaram a figura da teoria feminista *chicana* (*Chicana Feminist Thought*) e contribuíram para o debate entre centro e margens com o conceito de *pensamento de fronteira* (*pensamento fronterizo*) (Anzaldúa, 1987), denunciando a colonialidade do poder (Saldivar, 2007).

## O Ecofeminismo

O ecofeminismo caracteriza-se por grande diversidade de pensamento. As subcorrentes que neste texto caracterizamos são as seguintes: Cultural/ Espiritual, Social/ Construtivista e Crítica.

Na década de 1970, muitas mulheres colocaram-se à frente de lutas contra os resíduos tóxicos (10), contra centrais nucleares (11) e bases militares (12). O ecofeminismo tornou-se mais conhecido no contexto destes movimentos. Na 1ª Conferência Ecofeminista "Mulheres e vida na terra", realizada em março de 1980 (13), foi afirmado que a devastação da Terra e dos seres vivos pelas grandes empresas e pelas ameaças nucleares das potências militares era um problema feminista. Tratava-se de identificar estas ameaças com a mentalidade masculina que também queria negar às mulheres o seu direito ao corpo e à sexualidade. Estabelecia-se, desta forma, uma relação entre a violência patriarcal contra as mulheres e a Natureza. A identificação das mulheres com a natureza e como suas guardiãs surgiu como uma mensagem positiva por parte das ecofeministas, pois as mulheres não tinham as "mãos sujas" dos processos de industrialização que, em nome do desenvolvimento, destruíam o ambiente. As ações das mulheres indianas abraçadas a árvores, defendendo-as das empresas de exploração florestal, que dizimavam enormes áreas são bem conhecidas, criando-se um movimento próprio que se espalhou por outras regiões do mundo – o movimento Chipko. Estas ações reforçaram ainda mais a mística ligação das mulheres à terra e à natureza.

As ecofeministas culturais e espirituais consideram a espiritualidade das mulheres próxima da espiritualidade presente na Terra. Celebram a energia que emana das mulheres por serem portadoras de vida e de uma espiritualidade sensual que não separa a matéria do espírito. Os saberes ancestrais que fizeram delas curandeiras e "feiticeiras" são valorizados em função de uma relação de proximidade com a natureza, de quotidianos vividos em pequenas comunidades com um carácter transformador das relações sociais. A utilização da proximidade dos ciclos da natureza ao das mulheres associados à maternidade é bastante comum nesta corrente, assim como posições anti-ciência e anti-tecnologia. A proximidade original à terra e uma ligação profunda entre seres humanos e natureza (Gaard, 1998: 295), leva a que estas ecofeministas sejam apelidadas de essencialistas. Uma obra pioneira do ecofeminismo essencialista é a de Mary Daly (1978), "Gyn/Ecology" que defende que ao longo da história os homens demonstraram uma essência agressiva, criaram uma civilização dominadora das mulheres e destrutiva da Natureza.

Uma outra corrente é a das ecofeministas sociais e construtivistas. Trata-se de uma corrente desenvolvida a partir da década de 1990. Considera que não há uma essência feminina que liga as mulheres à natureza, mas foram as estruturas sociais e económicas que determinaram a divisão sexual do trabalho e aproximaram as mulheres da natureza, desenvolvendo nas mulheres relações afectivas e sentimentos que foram reprimidos nos homens. A filósofa australiana Val Plumwood (1994) é uma das teóricas mais importantes desta corrente. Neste ecofeminismo social também se incluem autoras como Maria Mies e Vandana Shiva (1993). A natureza está subordinada aos seres humanos, as mulheres aos homens, o consumo à produção e o local ao global. Consideram que as ecofeministas têm vindo a contestar esta dicotomia, em especial a divisão estrutural entre seres humanos e natureza como análoga à dos homens e das mulheres. Capitalismo, patriarcado e destruição do planeta

surgem ligados. O problema coloca-se ao nível das estruturas das sociedades, na forma como estão organizadas em função da subjugação das mulheres e da natureza.

Alicia Puleo (2011; 2005) afirma que ser ecofeminista não implica afirmar que as mulheres estão mais ligadas à natureza do que os homens. Defende um ecofeminismo crítico, orientado para a ecojustiça e a sustentabilidade e baseado nos seguintes princípios: igualdade e autonomia; perspectiva construtivista sobre os sexos masculino e feminino; diálogo intercultural; aceitação prudente da ciência e da técnica; universalização das responsabilização do cuidado aplicado a todos os seres humanos e à natureza. Não se negam as conquistas da modernidade para o feminismo, mas orientam-se para ter em consideração a cidadania, as mulheres, as crianças e homens dos países do Sul e a responsabilidade com as gerações futuras em ligação ativa com todos os seres vivos com os quais compartilhamos o planeta. Para Alicia Puento, o ecofeminismo é a resposta do feminismo a um problema novo que se coloca à humanidade – enfrentar a sua própria força destrutiva.

### **Lesbianismo, uma corrente do feminismo?**

Segundo Monique Wittig (2001), uma das mais importantes teóricas do lesbianismo, existe uma relação real entre feminismo e lesbianismo, embora ela seja evitada de alguma complexidade. Wittig considera que as lésbicas não são mulheres. O seu pensamento produz uma rutura epistemológica com as teóricas e ativistas feministas das décadas de 1970, mesmo com teóricas lésbicas como Adrienne Rich, na medida em que esta associa a existência lésbica às experiências das mulheres e daí definir-se como uma lésbica feminista, incluindo o lesbianismo nas correntes do feminismo da época (Rich, 1981). Para Wittig, a referência à experiência feminina contém os traços de uma visão essencialista da existência lésbica que não permite questionar as categorias de sexo. As teorias de Rich e Wittig representam as divergências entre as «lésbicas feministas» e as «lésbicas radicais». Esta autonomização de alguns setores de lésbicas perante um feminismo que consideram heterossexual e excludente das suas reivindicações tinha começado nos grupos feministas das décadas de 1970 nos EUA. Em França, a presença de lésbicas no movimento feminista não causou de início problemas, mas a criação, por parte de algumas lésbicas, de um grupo político lésbico, "Le Front Lesbien International" que chegou a ter lésbicas de alguns países, trouxe alguns confrontos políticos, na medida em que este grupo foi acusado de querer "tomar o poder" dentro do movimento. Os anos de 1980 foram marcados pelo debate teórico lesbianismo/feminismo, revelador de diferentes perspetivas sobre o lesbianismo. Existia uma situação histórica favorável à autonomia de um movimento lésbico, que tinha vontade política de existir e de construir a sua própria identidade. O pensamento de Monique Wittig acabou por constituir a base teórica de uma corrente lésbica radical, que não se revia numa simples corrente do feminismo.

Portugal, nas décadas de 1970 e 1980, esteve longe destes debates pelas fragilidades inerentes aos feminismos na sua capacidade de afirmação, pelo foco nas lutas feministas pela legalização do aborto, que teve o apoio de

muitas mulheres lésbicas e pela dificuldade de afirmação das lésbicas dentro do movimento feminista. Contudo, as questões lésbicas não estiveram arredadas dos grupos feministas em Portugal. Em 1983, de 5 a 9 de Outubro, realizou-se um encontro feminista em Gaia. Do seu relato, no Boletim Zero do Grupo de Mulheres do Porto, foi possível entender um conjunto de preocupações do feminismo mais radical, expressas nas temáticas abordadas. O programa do encontro tinha uma componente de debate teórico em torno das seguintes questões: sexualidades, lesbianismo, planeamento familiar, maternidade, aborto, violência contra as mulheres, feminismo e uma componente prática inovadora em Portugal – o "wen-do", uma arte marcial de autodefesa das mulheres perante situações de violência. Surgiram diversas polémicas, uma das quais em torno do lesbianismo, apontado como "uma questão muito recente nos grupos de mulheres em Portugal". A revista *Artemisia*, do Grupo de Mulheres do Porto, publica entre outros, o artigo "Lesbianismo – quebrar o silêncio" (14). Com pouca visibilidade, o movimento lésbico foi-se criando. No início da década de 1990, surgiram as revistas *Organa* e *Lilás*, mas só em 1996 foi criado o Clube Safo a única associação lésbica existente em Portugal e, em 1997, surgiu o primeiro número do seu boletim *Zona Livre*.

As preocupações que marcam o percurso do movimento feminista português cruzam-se com muitas das reivindicações do movimento LGBT pelo que ambas as lutas convergem em determinados momentos. O sistema de opressão – o patriarcado – é comum a ambos os movimentos, na medida em que impõe modelos estereotipados de homem e de mulher conferindo papéis sociais predeterminados em função do género. A maior dinamização do movimento LGBT trouxe uma maior visibilidade ao lesbianismo. Em 1998, foi formado o grupo GIRL-ILGA, mas não deixam de existir problemas quanto às lideranças, reproduzindo-se uma desigual atribuição de responsabilidades em que "elas" trabalham mais, mas "eles" conseguem mais facilmente chegar às lideranças do movimento LGBT. Em 2000, a 7 de outubro, na manifestação da Marcha Mundial de Mulheres em Lisboa, surge pela primeira vez um "Manifesto Lésbico", destacando-se as seguintes reivindicações: reconhecimento das lésbicas como pessoas com plenos direitos; direito ao corpo, à sexualidade, ao aborto e à educação sexual e cívica; plena igualdade de direitos para todas as uniões civis; direito à maternidade, à inseminação artificial e à adoção; direito à saúde, incluindo meios de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; direito a uma educação que não omita outras formas de sexualidade, de afeto e de família. Em 2002, realizaram-se as primeiras Jornadas Lésbicas, em Portugal. Podemos concluir que as características do movimento lésbico em Portugal se configuram numa aliança com o movimento LGBT e alguma pertença aos feminismos na sua corrente radical.

### **3. Reconfiguração atual das correntes do feminismo**

É difícil deixar de reconhecer o movimento feminista na sua pluralidade como um dos movimentos mais relevantes do século XX para as grandes transformações no estatuto das mulheres e para uma nova visão das relações de género. Iris Marion Young vai mais longe ao afirmar,

"[n]ão obstante tratar-se de muito mais que um movimento cultural, o feminismo contemporâneo, provavelmente, representa o movimento de política cultural de maior alcance. O slogan «o pessoal é político» assinala que nenhum aspecto da vida quotidiana podia estar isento de reflexão e de possível crítica; a linguagem, as anedotas, e os estilos de fazer publicidade, as maneiras de concertar uma cidade, o vestir, as normas que regem a criança, os filhos e filhas, e outros inumeráveis elementos de conduta comportamento, supostamente mundanos e triviais". (Young, 2000: 150)

Todavia, este reconhecimento não é generalizado, mesmo nos meios académicos. Surge, deste modo, a ideia de que os feminismos são algo do passado, algo lateral que se esgotou.

Contudo, a investigadora Sónia Alvarez traz-nos um outro olhar sobre os feminismos na atualidade:

"Depois de mais de duas décadas de lutas para conseguir que as suas reivindicações fossem ouvidas pelos homens dominantes, pelos setores da sociedade civil e política, pelo Estado, as mulheres que se proclamam como feministas podem ser encontradas numa grande variedade de áreas – desde coletivos lésbicos, ONG dedicadas a pesquisas, sindicatos, movimentos negros e indígenas, estudos sobre as mulheres nas universidades, partidos políticos, até ao aparelho de Estado e instituições internacionais". (Alvarez, 1999: 184)

A mesma autora fala-nos de uma ação e de um discurso feminista policêntricos e heterogêneos que se estendem a uma vasta gama de áreas sociais, culturais e políticas (idem). Esta perspectiva, como a própria reconhece, baseia-se na análise da evolução das ONG desde a década de 1990, com a sua crescente institucionalização. Não deixa, deste modo, de questionar se essa maior ligação ao Estado pode comprometer uma reflexão e ação crítica em defesa do feminismo.

Há quem advogue que estamos perante um tempo de maior institucionalização dos feminismos e de um *backlash* de cariz ideológico e não só, nesta segunda década do século XXI. Importa analisar como foi a chamada reação ao feminismo (*backlash*) nas décadas de 1980/1990 e o que se passou em Portugal.

Nos Estados Unidos, a reação ao feminismo, tão bem caracterizada pela jornalista Susan Faludi (1993), surge nas décadas de oitenta e noventa do séc. XX. A forma pessimista como a academia, os *media* e a opinião pública avaliaram as conquistas alcançadas pelos feminismos nas décadas de 1960 e de 1970 abriu espaço para que a Nova Direita nos EUA viesse a condenar as trajetórias de independência das mulheres. Esta perspectiva alargou-se a alguns países nórdicos e à Alemanha, onde surgiram apelos à "natureza" das mulheres, como fator de realização pessoal na família e à complementaridade

de funções entre mulheres e homens (a ideologia da complementaridade renovada), sob a capa de "um novo feminismo", assente na diferença e na recuperação da função da maternidade como o grande desígnio das mulheres.

Em Portugal, não se pode falar propriamente de um retrocesso dos feminismos nas décadas de 1980/90, mas de uma mudança das formas de ação e de mobilização, em alguns casos, mais viradas para o trabalho de *lobbying* ou "grupos de pressão". Surgiram novas associações menos generalistas e mais orientadas para setores profissionais ou para áreas de intervenção e as características do seu trabalho também mudaram. Apesar da multiplicação de seminários e de colóquios sobre os direitos das mulheres, a palavra "feminismo" continuou arredada da generalidade das iniciativas. A falta de reflexão e de debate sobre os feminismos persistiu como pano de fundo, que só o avanço dos estudos sobre as mulheres, na década seguinte, vem a criar condições para o início de um debate se bem que ainda pouco aprofundado.

Na primeira metade da década de 1980, o centro da ação continuou a ser a luta pela despenalização do aborto com os debates no parlamento em 1982 e em 1984, com a intervenção de plataformas de ação comum, como a CNAC e, ainda, com a publicação de revistas e boletins de grupos e associações da corrente radical dos feminismos. Contudo, terminada que foi esta primeira etapa de luta pela despenalização do aborto, estes grupos e associações perderam poder de intervenção, persistindo alguns até ao final da década, altura em que algumas das suas ativistas se ligam aos estudos académicos ou transferem o seu activismo para outras associações.

Continuando em aberto a questão chave para os feminismos: a despenalização do aborto, que a lei aprovada em 1984 não resolveu, os feminismos de cariz menos radical foram acumulando forças num trabalho com maior visibilidade junto de instituições, levantando novas causas como as questões do "poder político e da participação das mulheres no poder", que vieram a desembocar na luta pela paridade e no combate à "violência sobre as mulheres" levantadas pelos primeiros grupos feministas.

Na segunda metade da década, são organizados seminários e colóquios em torno dos "Estudos sobre as Mulheres" e de temas como a "violência sobre as mulheres". É também a época da formação de plataformas de ação comum e da ligação a instâncias internacionais, não só pelas atividades de balanço da década da mulher (1975-1985), promovidas pelas Nações Unidas, como também pela criação, ao nível da Europa, de estruturas agregadoras da ação das ONG de defesa dos direitos das mulheres, como é o caso do Lobby Europeu de Mulheres.

A maior ligação institucional das associações por via do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CC-CIDM) leva a que algumas análises equacionem o crescimento de um "feminismo institucionalizado", dado que muitas ONG não tinham papel para além das ações desenvolvidas no âmbito desse Conselho Consultivo, que na época teve um papel importante na dinamização de seminários e debates em torno de temas inovadores, como por exemplo, o "assédio sexual" e a "participação das mulheres no poder político".



Nos primeiros anos do novo milénio, podemos enunciar algumas dimensões do debate e ação feministas: foram abertos novos espaços para os debates feministas em torno da paridade e do exercício das lideranças, da violência de género, dos direitos das mulheres lésbicas, das mulheres imigrantes, do tráfico de mulheres, da prostituição; avançou-se para uma dimensão internacional dos feminismos através de redes feministas mundiais (15), que se formaram utilizando novas formas de organização e de dinamização das ações, assentes na internet, e na diversidade do pensamento feminista; realizaram-se iniciativas onde os feminismos foram temas centrais (16). De referir, ainda, que se alcançou a vitória do sim à despenalização do aborto no referendo de 2007, uma grande vitória do movimento feminista numa expressão mais alargada à sociedade, após uma luta de três décadas.

Deste modo, podemos afirmar que os feminismos em Portugal têm feito caminho de tal forma que se pode falar de uma pluralidade de correntes, grupos e associações capazes de construir alianças para ganhar reivindicações fundamentais, já no novo século (aborto, políticas sociais para o combate à violência contra as mulheres, casamento entre pessoas do mesmo sexo, educação sexual obrigatória nas escolas, lei da paridade, legislação sobre parentalidade).

#### **“Austeritarismo” e *backlash***

Os tempos mais recentes são atravessados pelo “austeritarismo” (17) que constrói um caldo ideológico propício a um *backlash* que pode colocar em causa avanços civilizacionais alcançados pelas mulheres. Para além da tendência para questionar se, perante a carência de postos de trabalho, as mulheres se devem dedicar mais à família, numa domesticidade imposta pelas condições económicas e sociais, surge a realidade concreta no mercado de trabalho com baixos salários, situações de precariedade extrema, discriminações em função da maternidade, dificuldades no acesso a carreiras profissionais e discriminações salariais. Os cortes nos serviços públicos da Saúde e da Educação têm reflexos diretos na vida da maioria das mulheres.

As posições conservadoras sobre o recuo da lei do aborto em Espanha, o voto nas instituições europeias contra os direitos sexuais e reprodutivos (não aceitação do Relatório Estrela, 2013), as manifestações em França de associações de encarregados de educação contra o ensino da teoria de género nas escolas, a perseguição a imigrantes, mostram-nos que o contexto europeu não é mais favorável.

Neste contexto nacional e internacional menos favorável à evolução dos direitos das mulheres, importa questionar se as correntes anteriormente caracterizadas podem ter papel ou se importa pensar numa outra reconfiguração das correntes do feminismo.

#### **As anteriores correntes – papel na atualidade**

As diversas correntes do feminismo evidenciam a sua existência em momentos diferentes de acordo com os contextos sociais e políticos.

A corrente radical das décadas de 1960/70 assumiu um papel fundamental na rutura de concepções sobre as mulheres como seres biologicamente determinados e na abertura de novas perspetivas sobre as sexualidades, a violência contra as mulheres e a sua autodeterminação. Na atualidade, continua a expressar-se nas formas de ação mais diretas, pelas expressões artísticas de rua, como forma de luta política, pelas recusas em alinhar com o discurso institucional, por novas bandeiras políticas como os direitos das/os trabalhadoras do sexo, entre outras.

A corrente marxista-socialista continua a precisar de algum aprofundamento do ponto de vista teórico, mas assume papel nas lutas pelos direitos das mulheres trabalhadoras, na intervenção nos sindicatos, nas preocupações com as mulheres imigrantes ou outros setores desfavorecidos, procurando ligar as lutas contra a austeridade com a luta feminista.

A corrente liberal e institucional continua a ter muito peso por via das políticas governamentais e europeias pela igualdade de género. Existem críticas recentes e aprofundadas que confrontam o feminismo liberal com o facto de se preocupar especialmente com as elites de mulheres no poder, esquecendo as mulheres desfavorecidas em termos de classe social ou de “raça” (Segal, 2013). Em termos internacionais esta corrente tem sido contestada pelas feministas pós-coloniais que a acusam de procurar impôr um modelo em contextos não ocidentais, como se assumissem uma missão de “salvação” das mulheres em diversos países considerados subdesenvolvidos. As críticas que têm vindo a ser formuladas em relação a alguns programas internacionais de intervenção junto de mulheres africanas, sul americanas ou asiáticas têm como pano de fundo a descontextualização face aos interesses das mulheres envolvidas.

Na atualidade, esta corrente, apesar de não ter esgotado a sua intervenção, não consegue dar solução à realidade concreta vivida por muitas mulheres, pois as dificuldades na aplicação das leis mantêm-se e nem sempre as políticas surgem ajustadas. A falta de questionamento por parte de outras correntes às políticas públicas pela igualdade não permite uma maior evolução na alteração e aplicação das mesmas à realidade.

O ecofeminismo como corrente não tem peso em Portugal, apesar das ideias ecologistas terem vindo a consolidar-se, em especial, na população mais jovem. Muitas ambientalistas não conhecem a existência desta corrente. Um dos entraves ao desenvolvimento desta corrente situa-se na ideia de que ela ressuscita a dicotomia cultura/natureza, associando a “cultura” ao masculino e a “natureza” ao feminino. As correntes do feminismo anteriormente analisadas sempre se opuseram a esta dicotomia por considerarem que ela relagava as mulheres para o biológico e desvalorizava a sua inserção na chamada “esfera pública”, assim como as limitava na sua criatividade e nas capacidades artísticas, literárias e intelectuais. O ecofeminismo, na sua perspetiva cultural, parecia ressuscitar algo que tinha sido combatido durante décadas pelas feministas: “a natureza feminina” e os estereótipos patriarcais. Contudo, as perspetivas sociais e críticas do ecofeminismo criam condições para que esta corrente venha a ter maior impacto junto de setores jovens que hoje são anti-

especistas, que defendem os direitos dos animais e procuram outros estilos de vida.

### Feminismo de agência

Refletir sobre uma possível reconfiguração das correntes do feminismo é uma necessidade que se coloca às feministas perante a situação social, política e económica, assim como pelos novos desenvolvimentos teóricos. Os contextos e as formas de ação modificaram-se. A ação comum de algumas correntes acabou por favorecer fatores de aproximação, como é o caso da corrente radical e da corrente socialista-marxista, bem evidente nas lutas pela despenalização do aborto. Há que ter também em consideração a crescente institucionalização do feminismo.

A insuficiência teórica e falta de debate continuam a ser fenómenos comuns em Portugal, apesar do avanço dos Estudos sobre as Mulheres, embora nem sempre centrados na problematização dos feminismos, enquanto correntes plurais de pensamento e ação (18). Este problema só poderá ser ultrapassado com um empenho das feministas académicas e ativistas no sentido do desenvolvimento das teorias feministas, procurando responder a novos desafios neste mundo globalizado, onde crescem as desigualdades e as discriminações de género, de classe, de etnia ou "raça", de formas de viver as sexualidades, as famílias ou o amor.

A complexidade da teoria feminista, nos tempos atuais, não deve ser entendida como uma paralisia política só porque, por vezes, não é possível estabelecer prioridades ou porque as situações de mudança estão mais entrelaçadas. Pelo contrário, tal deve ser entendido como uma potencialidade, na medida em que as feministas não precisam de chegar a um entendimento "universal", podendo ficar envolvidas em formas de ação mais pontuais e integrar também as suas ações nas agendas políticas de outros movimentos sociais.

Pegando nas reflexões teóricas de Maria José Magalhães (2002) para uma abordagem feminista do conceito de "agência", baseado nos contributos de Giddens (1994), enquanto ação colectiva articulada com as agendas políticas, pode-se equacionar a política integrando "o público" e "o privado", onde as estruturas de dominação e opressão sejam pensadas em termos de sexo, classe social, etnia, orientação sexual e região de origem.

Deste modo, podemos falar de um "feminismo de agência" ou de intervenção social, de um sujeito coletivo mulheres, aberto à diversidade de experiências e subjetividades, capaz de gerar novos significados para uma maior politização das lutas feministas. Esta filosofia feminista, integrando pesquisa, reflexão e ação política direta, necessita de integrar os diferentes níveis de desvantagem, desigualdade e opressão das mulheres, uma posição que exige que os feminismos não se reduzam a perspectivas teóricas esgrimidas apenas em meios académicos.

Esta corrente do feminismo procura encontrar respostas para algumas das questões colocadas pelo pensamento pós-moderno. Há que distinguir entre "pós-feminismo", que acarreta a ideia de que as discriminações de

género ou em função do sexo estão resolvidas e o "feminismo na pós-modernidade", que introduz um conjunto de reflexões sobre a desconstrução do sujeito "mulher", mas que não elimina o avanço da agência feminista. Nesta corrente, confluem as posições de um marxismo renovado, as posições radicais, as críticas pós-modernas, que revelam abertura para uma reconfiguração de um sujeito feminista plural, as académicas ligadas ao ativismo, as ativistas feministas ligadas a uma visão de feminismo interligado com as agendas de outros movimentos sociais.

Pode falar-se numa corrente em que a pós-modernidade está presente. Considerando que o marxismo é importante, porque pode explicar algumas coisas, mas que não é uma cartilha para seguir, preferimos falar de um feminismo pós-estruturalista, sobretudo aquele que é herdeiro do marxismo. Deste modo, trazem-se novas dimensões para dentro do feminismo, mas mantêm-se algumas questões sobre o poder, as estruturas sociais e as classes.

Nesta nova corrente, as formas de ativismo são muito diversas podendo passar pela ação de grupos de pressão, pelo trabalho em rede a nível internacional e nacional, pela ligação entre estudos académicos e ativismo, pela participação em movimentos alterglobalização, pela intervenção cultural feminista, pela ligação a outros movimentos sociais (LGBT, ambientalista, anti-racista, de defesa dos e das imigrantes, das pessoas com incapacidades), ou até por ações de tipo mais radical, para além das "tradicionais" manifestações ou ações de rua. Existe, ainda nesta corrente, a incorporação de fatores emancipatórios de transformação social e de luta contra a dominação e opressão sexista, com origem em masculinidades hegemónicas, que exercem o seu poder a diversos níveis.

Ao advogarmos um feminismo de agência não pretendemos eliminar a divergência e controvérsia entre correntes, antes celebrar a diversidade de pensamento e a unidade na ação política e na intervenção social. Só o debate profundo de ideias e de abordagens assentes no escrutínio de metodologias de análise sistemática, que os métodos científicos propõem, poderão contribuir para uma aproximação à realidade diversa e heterogénea do grupo social mulheres. No entanto, a transformação social não se faz apenas com o debate e produção teórica. A ação política e a produção cultural são essenciais na configuração da mudança, no estabelecimento das metas, dos valores, dos caminhos e dos meios para um mundo em que a justiça social e ambiental seja o princípio fundamental.

Um feminismo de agência não relega para um futuro longínquo o mundo ideal que se pretende, à espera de uma revolução mágica ou de uma alteração de mentalidades "à la carte". A mudança terá de começar aqui e agora, pela concretização de novos estilos de vida, renovando o princípio de sororidade e de respeito pela outra, que uniu as feministas radicais. Todavia, não ignora que é fundamental construir a solidariedade com grupos sociais, de homens e mulheres, alienados/as e objetificados/as pelo sistema patriarcal capitalista, ligando a produção de conhecimento às formas de confronto político e de construção de novos estilos de vida.

Uma corrente de feminismo de agência terá necessariamente de ser capaz de elaborar uma crítica ao Estado patriarcal capitalista, assente num confronto propositivo, ao mesmo tempo que não se demite de participar e elaborar propostas construtivas, sem, contudo, perder de vista que a institucionalização se consubstancia em amarras das nossas vidas, pensamentos e ações.

E se o objetivo é estabelecer a agenda política, uma corrente de feminista de agência terá de evitar substituir-se à polifonia das vozes das mulheres, evitar o apelo missionário e salvífico de falarmos em vez das mulheres, de nos pensarmos em representação das mulheres. Pelo contrário, a construção de um sujeito heterogéneo mulheres tem como condição abrir espaços e tempos para diferentes grupos sociais de mulheres poderem ter voz, mas, sobretudo, poderem ser ouvidas nos seus próprios termos.

Algumas das questões que se podem colocar: Poderá esta corrente comportar toda a diversidade do movimento? Poderá esta corrente ter poder autónomo em relação ao feminismo institucionalizado? Poderá esta corrente envolver ONG pelos direitos das mulheres e associações feministas?

Estas e outras questões estão em aberto para debates presentes e futuros.

#### Notas:

(1) Organização fundada em 1966 por Betty Friedan a qual que tinha publicado a *Mística da Mulher* no início dos anos 60 do século XX.

(2) Kathleen Weiler (1991) faz o paralelismo entre estes grupos e o movimento de conscientização de Paulo Freire.

(3) Estamos a referir-nos ao conceito de Connel (1995).

(4) Féria, Lourdes, "Histerismo Machista no Parque Eduardo VII", in *Diário de Lisboa*, 14 Janeiro de 1975, p. 22.

(5) A concepção frentista baseava-se na utilização das associações de mulheres como uma forma de mobilizar as mulheres para a luta política mais geral em torno do "partido", recrutando-as para a militância partidária.

(6) A teorização sobre o trabalho doméstico é também elaborada por outras feministas como Christine Delphy, a qual considerava no seu texto "O Inimigo principal" (1976), que o carácter "secundário" que o marxismo atribua à opressão das mulheres tinha como origem o facto de situarem essa opressão apenas no seio da luta de classes, sem terem em conta a "opressão específica das mulheres nas "relações de produção domésticas". Considerava o trabalho doméstico como provido de um valor que não era pago às mulheres, pois se ele fosse exercido em relações laborais normais (lavandarias, restaurantes) ele era pago, mas na família, ele era considerado como uma "obrigação matrimonial". Deste modo, os maridos eram os beneficiários destas relações de exploração. Segundo esta feminista, existiriam dois modos de produção: o industrial, definido pelas relações capitalistas de propriedade e de exploração e o modo de produção patriarcal definido por relações de produção patriarcais/familiares

(7) Ver também Virgínia Ferreira, 2003.

(8) Também referida por Mary Evans, *Introducción al pensamiento feminista contemporáneo*, p. 40.

(9) "Ángela Davis: racismo e opressão da mulher: duas parcelas do mesmo problema", in revista *Mulheres* Maio de 1978, p.27.

(10) Nos Estados Unidos, as mulheres de Love Canal, Homeowner's Association em Niagara Falls, New York, tiveram um papel decisivo no tratamento de resíduos tóxicos de uma indústria química das imediações. Na Suécia, as feministas prepararam com potas com amoras tratadas com herbicidas e ofereceram-nas a membros do parlamento, que as recusaram.

(11) Na Alemanha, mulheres camponesas, em especial da região de Whyll, uniram-se contra a central nuclear que afectava as suas culturas, levando ao seu encerramento, e estabeleceram uma rede de protestos com grupos em situações idênticas em França e na Suíça.

(12) No Reino Unido, grupos de mulheres rodearam a base militar de Greenham Common.

(13) Esta conferência realizou-se em Amherst nos EUA.

(14) *Artemísia* nº2, outubro de 1985.

(15) Como por exemplo, a Marcha Mundial das Mulheres.

(16) Seminário sobre "Os Movimentos Feministas em Portugal" (1998), promovido pela UMAP; seminário: "Os Feminismos no nosso tempo" (2003), promovido pela UMAP com o apoio da APEM; seminário evocativo do primeiro congresso feminista e da educação (2004), promovido por diversas associações e núcleos universitários; colóquio: "Estudos Feministas e Cidadania Plena, promovido pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Congresso Feminista 2008, promovido pela UMAP e por uma vasta comissão promotora, tendo sido realizado oitenta anos após o último congresso feminista que teve lugar em Portugal, em 1928, promovido pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Esta tendência para se utilizar a expressão "feminismos" difere da situação vivida na década de 1980, onde apesar do elevado número de seminários, colóquios e debates a única iniciativa que utilizou esta terminologia foi organizada pela Liga dos Direitos das Mulheres.

(17) Austeritarismo – termo que procura juntar "austeridade" e "autoritarismo". Trata-se de um modelo de austeridade na economia e nas políticas públicas, uma opção neoliberal anti-democrática e baseada no autoritarismo.

(18) De realçar, contudo, que a tese de doutoramento da socióloga Virgínia Ferreira sobre "Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego" (2003) abre e estimula o debate em torno das relações entre o biológico e o social na teoria social, numa perspectiva de reconceitualização das diferenças entre os sexos, colocando em causa o conceito de "género".

#### Bibliografia:

Alvarez, Sonia E. (1999), "Advocating feminism: The Latin American Feminist NGO 'Boom'", *International Feminist Journal of Politics*, 1:2, p. 181-209.

Anthias, Floya and Nira Yuval-Davis (1983), 'Contextualising Feminism: Gender, Ethnic and Class Divisions', *Feminist Review*, 15: pp. 62-75.

Anthias, Floya and Nira Yuval-Davis (1992), *Racialized Boundaries*, London: Routledge.

Anzaldúa, Gloria (1987), *Borderlands. La Frontera. The New Mestiza*, San Francisco: Aunt Lute Books.

Badinter, Élisabeth (1980), *L'Amour en Plus: histoire de l'amour maternel (XVII-XXe siècle)*, Paris, Flammarion.

Banks, Olive (1986), *Faces of Feminism*, Oxford, Basil Blackwell.

Brenner, Johanna (1996), "The best of times, the worst of times", in Threlfall, Monica, Ed., *Mapping the Women's Movement*, London, Verso, pp. 17-72.

Brossard, Louise (2003), "Adrienne Rich et Monique Wittig: un point de départ pour penser l'hétérosexualité et les rapports sociaux de sexe", in Chetcuti, Natacha et Michard, Claire (orgs.), *Lesbianisme et Féminisme, Histoires Politiques*, Paris, L'Harmattan, pp. 27-28.

Carby, Hazel (1984), "White Women Listen!, in Centre for Contemporary Cultural Studies (ed), *The Empire Strikes Back*, London, Hutchinson, pp. 212-236.

Collin, Françoise (2005), *Parcours Féministes*, Bruxelles, Éditions Labor.

- Collins, Patricia Hill (1999), *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*, New York: Routledge.
- Connell, Rob (1995), *Masculinities*, Cambridge: Blackwell and Polity Press.
- Cova, Anne (2007), "O primeiro congresso feminista e da educação em Portugal, numa perspectiva comparada", in Amâncio, Lígia, Tavares, Manuela, Joaquim, Teresa (orgs.), *O Longo Caminho das Mulheres – feminismos 80 anos depois*, Lisboa, D. Quixote, pp. 27-43.
- Cova, Anne (2008) (dir.), *História comparada das mulheres, novas abordagens*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Crenshaw, Kimberlé W. (1989), "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics", *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167.
- Crenshaw, Kimberlé W. (1991), "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color", in <http://www.racialequitytools.org/resourcefiles/mapping-margins.pdf>, retrieved August 2014.
- Daly, Mary (1978), *Gyn/Ecology*, Boston, Beacon Press.
- Eisenstein, Zillah (1979), *Capitalist Patriarchy and the case for the Socialist Feminism*, New York, Monthly Review.
- Eisenstein, Zillah (1993), *The Colour of Gender: Reimagining Democracy*, Berkeley: University of California Press.
- Engels, Friedrich (1884 [1980]), *A origem da Família, da Propriedade e do Estado*, Lisboa, Presença.
- Ergas, Yasmine (1991), "O feminismo nos anos 1960-1970", in Duby, Georges & Perrot, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 579-607.
- Faludí, Susan (1993), *Reacción – La guerra no declarada contra la mujer moderna*, Barcelona, Anagrama.
- Ferreira, Virgínia (2003), *Relações sociais de sexo e segregação do emprego: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal*, Tese de Doutoramento em Sociologia, FEUC, Coimbra.
- Firestone, Shulamith (1974), *The Dialectic of Sex*, New York, William Morrow.
- Fraser, Nancy e Nicholson, Linda (1990), "Social Criticism without philosophy: an encounter between feminism and post-modernism", in Nicholson L. J., ed., *Feminism/Postmodernism*, London, Routledge, pp.19-38.
- Fraser, Nancy (1999), *Rethinking Recognition*, Londres, New Left Review Books.
- Gaard, Greta Claire e Patrick D. Murphy (ed.) (1998), *Ecofeminist Literary Criticism: Theory, Interpretation, Pedagogy*, Urbana: University of Illinois Press.
- Gardiner, Jean (1976), *The Political Economy of Domestic Labour in Capitalist Society*, Barker and Allen.
- Gerth, H. H. & Wright Mills, C. (2009), *From Max Weber: Essays in Sociology*, New York: Routledge.
- Giddens, Anthony (1994), *Sociología*, Madrid, Alianza Universidad Textos.
- Giddens, Anthony (2002), *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Editorial Presença.
- Gilligan, Carol (1982), *In a different Voice*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.
- Gordon, Linda (2013), *On the "Second Wave" Socialist Feminism*, <http://ouleft.org/wp-content/uploads/2nd-wave-feminism.pdf>, consultado em 31 julho 2014.
- Haraway, Donna J. (1991), "Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective", in Simians, Cyborgs, *Women. The reinvention of nature*, London: Free Association Books, pp. 183-201.
- Harding, Sandra (1986), *The Science Question in Feminism*, New York: Cornell University Press [tradução em castelhano: (1996), *Ciência y Feminismo*, Madrid, Ediciones Morata].
- Hartmann, Heidi (1994), "Capitalismo, Patriarcado y segregación de los empleos por sexos", in Borderias, Cristina, Carrasco, Cristina, Alemany, Carmen (orgs.), *Las mujeres y el trabajo*, Barcelona, Icaria, pp. 253-294.
- Haste, Helen (1993), *The Sexual Metaphor*, London, Harvester, Wheatsheaf.
- Horta, Maria Teresa; Barreno, Maria Isabel & Costa, Maria Velho da (1972), *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa. [Reedição em 2010 pela Dom Quixote.]
- Kaplan, Gisela (1992), *Contemporary Western European Feminism*, New York, University Press.
- Lesseps, Emmanuèle de (1980), "Hétérosexualité et Féminisme", in *Questions Féministes*, 7, pp. 7-12.
- Macedo, Ana Gabriela e Amaral, Ana Luísa (2005), *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto, Afrontamento.
- Magalhães Maria José (2002), "Em torno do conceito de agenda feminista", in *Ex Aequo*, nº 7, APEM, Celta, pp. 189-198.
- Magalhães, Maria José (1998), *Movimento Feminista e Educação, Portugal décadas de 70 e 80*, Oeiras, Celta.
- Merchant, Carolyn (1992), *Radical Ecology: The Search for a Liveable World*, New York, London, Routledge.
- Mitchell Juliet (1973), *Woman's Estate*, New York, Vintage Books.
- Mouffe Chantal (1992), "Feminism, Citizenship and Radical Democratic Politics", in Butler, Judith e Joan Scott (eds.), *Feminists theorize the political*, Routledge, Nova Iorque, pp.369-384.
- Morgan, Robin (1970), *Sisterhood is Power*, New York: Vantage Press.
- Neves, Sofia (2012), "Investigação Feminista Qualitativa e Histórias de Vida: a libertação das vozes pelas narrativas biográficas", in Magalhães, Maria José, Cruz Angélica Lima, Nunes, Rosa (eds.), *Pelo fio se vai à meada, percursos de investigação através de histórias*, Lisboa: Editora Ela Por Ela, pp. 69-81.
- Nevins, Allan (1996), "Oral history: how and why it was born", in *Wilson Library Bulletin*, 40.
- Nogueira Conceição (2001), *Um novo olhar sobre as relações sociais de género*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, Conceição (2001), "Construccionismo social, discurso e género", in Amâncio, Lígia, (org.), *Psicologia – sexo e género*, vol. XV, nº1, APP, Celta, pp. 43-65.
- Nogueira, Conceição & Neves, Sofia (2004), "Metodologias feministas na psicologia social crítica: a ciência ao serviço da mudança social", *Ex-Aequo*, nº 11, APEM, Afrontamento, pp. 123-138.
- Offen, Karen (2008), "Erupções e fluxos: reflexões sobre a escrita de uma história comparada dos feminismos europeus, 1700-1950", in Cova, Anne (dir.), *História Comparada das Mulheres*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 29-45.
- Oliveira, João Manuel de (2014), "Necropolítica e Sombras no Feminismo", Dossier: Perspetivas Feministas sobre Metodologista e Epistemologia: debates, desafios e dilemas, in *Ex-Aequo*, nº 29, pp. 69-82.
- Oliveira, João Manuel de, Nogueira, Conceição, Pena, Cristiana (2010), "Feminist lesbians or lesbians feminist? Portuguese lesbians speak out", in *Feminism & Psychology*, 21 (2), pp. 228-232.

Pateman, Carole (1996), "Críticas feministas a la dicotomía público/privado", in Castells, Carme, (org.), *Perspectivas feministas en teoría política*, Barcelona, Paidós, pp. 31-52.

Perrot, Michelle (1987), "Pratiques de la mémoire féminine", in *Traverses*, Avril, pp. 19-27.

Perrot, Michelle (2004), prefácio ao livro *Le siècle des féminismes*, sous la direction de Michelle Zancarini-Fournel, Françoise Thébaud, Brigitte Studer, Florence Rochefort, Catherine Jacques et Eliane Gubin, Paris, Les Éditions de l'Atelier, pp. 9-13.

Perrot, Michelle (2008), "L'Histoire des Femmes: le silence rompu", in Castro, Zília Osório (dir.), *Falar de Mulheres, História e Historiografia*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 141-150.

Plumwood, Val (1994), "The Ecopolitics Debate and the Politics of Nature" in Karen J. Warren (ed.), *Ecological Feminism*, London, New York: Routledge.

Puleo, Alicia (2005), "Feminismo y Ecología", Retrieved Maio 2006 em [http://www.mujaresenred.net/article.php3?id\\_article=226](http://www.mujaresenred.net/article.php3?id_article=226).

Puleo, Alicia (2011), *Ecofeminismo para otro mundo posible*, Madrid: Cátedra, Colección Feminismos.

Rich, Adrienne (1984), "Notes for a Politics of Location", republicado em 1986, em Rich, A. (1986), *Blood, Bread, and Poetry: Selected Prose, 1979-1985*, New York: Norton, pp. 210-231.

Rich, Adrienne (1981), "La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne", *Nouvelles Questions Féministes*, 1.

Rich, Adrienne (1976), *Of Woman Born, Motherhood as Experience and Institution*, New York: W. W. Norton & Company.

Rivera Garretas, Maria-Milagros (1994), *Nombrar el mundo en femenino: pensamiento de las mujeres y teoría feminista*, Barcelona, Icaria Editorial.

Rowbotham, Sheila (1972), *Women, Resistance and Revolution, A History of Women and Revolution in Modern World*, Armondsworth: Penguin.

Ryan, Barbara (1992), *Feminism and the Women's Movement*, London, Routledge.

Saldívar, J. D. (2007), "Unsettling Race, Coloniality and Caste. Anzaldúa's Borderlands/La Frontera, Martínez's Parrot in the Oven, and Roy's The God of Small Things", *Cultural Studies*, vol. 21, n. 2/3 March/May, pp. 339-367.

Santos, Ana Cristina (2004), "Direitos Humanos e minorias sexuais em Portugal", in *Indisciplinar a Teoria, Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, Fenda Edições, pp. 143-182.

Segal, Lynne (2013), "Today, Yesterday and Tomorrow: between rebellion and coalition building", in Sheila Rowbottom, Lynne Segal and Hillary Wainwright (orgs), *Beyond the fragments: feminism and the making of socialism*, London, Merlin, pp. 65-102.

Shiva, Vandana e Mies, Maria (1998), *Ecoféminisme*, Paris, Editions L'Harmattan.

Spivak, Gayatri Chakravorty (1988), "Can the Subaltern Speak?", in Nelson & Grossberg (1988), *Marxism and the Interpretation of Culture*, Chicago: University of Illinois Press, pp. 271-313 [reeditado em Patrick Williams/Laura Chrisman (ed.) (1994), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: A Reader*, New York: Harvester/Wheatsheaf, pp. 66-111, traduzido em português por Macedo (coord.), *Gênero, Identidade e Desejo: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa: Ed. Cotovia, Lisboa, 2002].

Tavares, Manuela (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal – décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte.

Tavares, Manuela (2011), *Feminismos, percursos e desafios (1947-2007)*, Lisboa, Texto Editores.

Walby, Sylvia (1986), *Patriarchy at Work*, Cambridge: Polity Press.

Weiler, Kathleen (1991), "Freire and a Feminist Pedagogy of Difference", *Harvard Educational Review*, 61(4), (1991), pp. 449-474 [traduzido na *Ex Aequo* nº 8, 2003].

Wittig, Monique, (2001), *La pensée straight*, Paris, Balland (modernes), pp. 106-107. (reedição da obra original que é de 1980).

Wolf Naomi (1993), *Fire with Fire*, New York, Vintage.

Young, Iris Marion (2000), *La Justicia y la Política de la Diferencia*, Madrid: ediciones Cátedra, Universitat de Valencia, Instituto de la Mujer.

Yuval-Davis, Nira (2006), "Intersectionality and Feminist Politics", *European Journal of Women's Studies*, 13(3): pp. 193-209.